

O Mundo em Português Nº8

Maio 2000

Angola: Uma Política Alternativa

Álvaro de Vasconcelos

O MPLA e a UNITA não podem continuar a ser vistos como os únicos dois interlocutores possíveis em Angola. É preciso dialogar com os que não se revêem na cultura do poder autocrático e que querem acabar com a tragédia da guerra. Esses angolanos existem e começam a manifestar-se.

Os interlocutores angolanos da comunidade internacional têm sido absurdamente reduzidos nos cálculos dos governos e das Nações Unidas somente a dois: o MPLA e a UNITA – os que tinham as forças das armas para fazer a guerra e decretar, de vez em quando, uma trégua. Só eles tiveram assento nas negociações que levaram aos acordos de Bicesse ou de Lusaka e em todos os organismos de acompanhamento e fiscalização que deles decorreram. Na fase actual, fracassados os acordos de Lusaka, estamos de novo numa situação de guerra e a comunidade internacional continua a fixar toda a sua atenção nos dois beligerantes, não optando, desta vez, por uma posição de equidistância mas apostando em que um será capaz de destruir o outro. O Conselho de Segurança das Nações Unidas, os membros da troika (Portugal, Estados Unidos e Rússia) e a maioria dos Estados interessados na questão angolana, cansados com o fracasso dos sucessivos processos de paz, apoiam o governo de Luanda na sua mais recente tentativa de encontrar uma solução militar para o conflito que o opõe à UNITA de Jonas Savimbi.

As sanções das Nações Unidas à UNITA já não têm como objectivo levá-la a cumprir os acordos de Lusaka (ao contrário do que deveriam) ou a aceitar uma trégua, mas a enfraquecer a sua capacidade para fazer a guerra e levá-la, talvez, a capitular: cenário muito pouco provável para o qual a comunidade internacional, não vislumbrando outra alternativa, faz convergir todos os seus esforços.

Aposta-se, pois, hoje, como nunca se fez antes, na capacidade militar do governo de Luanda para impor a paz levando a guerra até ao fim. As iniciativas diplomáticas são inexistentes, e as vozes discordantes, como a de Joaquim Chissano, minoritárias e prontamente desqualificadas.

Está a comunidade internacional limitada, outra vez ainda, a escolher entre os senhores da guerra angolanos ou existem outras alternativas? É possível e é certamente necessário começar a pensar no médio e longo prazo e apoiar os que não se revêem na cultura do poder autocrático, apoiar os que querem pôr termo à imensa tragédia humana que é Angola.

A comunidade internacional deve definir a sua própria política para Angola, tendo em consideração os interesses do martirizado povo angolano e não os dos responsáveis pela sua tragédia, apoiando os que defendem uma saída democrática para a guerra. Esses angolanos existem e estão horrorizados com décadas de guerra, de destruição, mutilação e morte, e com a violação sistemática dos direitos humanos, quer nas áreas controladas pelo governo quer nas controladas pela UNITA. Alguns começam a manifestar-se, como o têm feito personalidades e intelectuais independentes, dentro e fora de Angola, partidos políticos não armados que se manifestaram nas ruas de Luanda, em Março, apesar da violência de que foram vítimas, a que se junta um bom número de jornalistas que, como Rafael Marques ou Aguiar dos Santos, apesar da repressão, continuam a afirmar alto e bom som o que pensam. Começa a tomar forma a sociedade civil angolana, que não se revê na política dos dois beligerantes. São as correntes políticas que defendem um projecto alternativo democrático para a sociedade angolana que a

comunidade internacional deve apoiar. Essas correntes políticas começam aliás a ter eco em alguns partidários do MPLA e da UNITA.

Não deve ser negligenciada a capacidade de pressão da comunidade internacional sobre o governo de Luanda para o obrigar a fazer concessões no domínio dos direitos do homem e da democracia – o que em nada diminui a importância das pressões sobre a UNITA, nesse como noutros campos. É em Luanda, por ora, que o escrutínio internacional é maior e é também aí que as correntes democráticas têm maior possibilidade de se desenvolverem e manifestarem. A política de sanções em relação ao esforço de guerra da UNITA não deve significar menor exigência nem menor pressão em matéria de respeito dos direitos do homem por parte do governo de Luanda. O objectivo deve ser claro: favorecer o desenvolvimento de correntes políticas de alternativa à lógica do autoritarismo e da guerra e apoiar os que se batem pelos direitos do homem e pela paz.

O governo anuncia eleições parlamentares e presidenciais para o próximo ano. Esta será uma oportunidade para a comunidade internacional exigir uma abertura política. Ao contrário do que alguns afirmam entre nós, não é a guerra que impede a democracia em Angola, é a falta de democracia, de parte a parte, que impede a paz. A defesa dos direitos humanos em Angola deve ser uma componente central de uma política diferente da comunidade internacional. O Conselho de Segurança das Nações Unidas deve olhar com os mesmos olhos as violações dos direitos humanos e os crimes de guerra em Angola, cujas vítimas são sempre as mesmas, quer sejam cometidos pela UNITA ou pelo governo, e incumbir o Comissariado para os Direitos do Homem de o informar regularmente da evolução da situação num e noutro campo, para que possa agir com pleno conhecimento de causa.